

Ordem dos Advogados acusa:

Delfim culpado por crime de lesa-pátria

Maior presença dos sindicatos no Ceclat de S. Paulo

112 entidades participam do Congresso sindical. Pág. 5

Metalúrgicos em "estado de greve" em todo o país

XI Congresso decide pela greve contra a 2.045. Pág. 5

Uma voz patriótica

"Renúncia declarada à soberania nacional" — é como a Ordem dos Advogados do Brasil qualifica os acordos do governo militar com o FMI e os banqueiros internacionais. A acusação, bem fundamentada e vigorosa, terá grande repercussão na opinião pública brasileira.

A OAB tem cumprido papel de destaque na batalha pelas liberdades democráticas. Foi uma corrente importante na campanha pela Anistia e tem se pronunciado com ênfase em favor de uma Assembleia Nacional Constituinte. Agora, com muita oportunidade, levanta o brado contra o entreguismo descarado do país à tutela do FMI exatamente num Congresso Nacional dos Advogados pela Constituinte. Revela com isto a justa compreensão de que nas condições atuais a luta pela liberdade e a luta em defesa da soberania nacional são tarefas inseparáveis.

A monstruosa dívida externa de 100 bilhões de dólares e agora os acordos com o FMI acentuaram de tal maneira a dependência do Brasil ao capital financeiro internacional, que tornou-se uma imposição, para todo brasileiro que preza sua pátria, combater a traição nacional executada pelo governo sob a batuta dos generais. A conquista da democracia e a defesa da soberania tornam-se afilantes do mesmo rio, que desemboca necessariamente no fim do regime militar.

A exigência de rompimento dos acordos com o FMI e de revogação dos pacotes que daí resultaram foram fatores essenciais da greve geral do dia 21 de julho. E em todo o Brasil esta tem sido a linha de todos os encontros e congressos de operários, trabalhadores do campo e da cidade, estudantes e todas as forças populares. Também os partidos de oposição de uma forma ou de outra engrossam este protesto. O atual pronunciamento da OAB vem somar uma voz de grande respeito

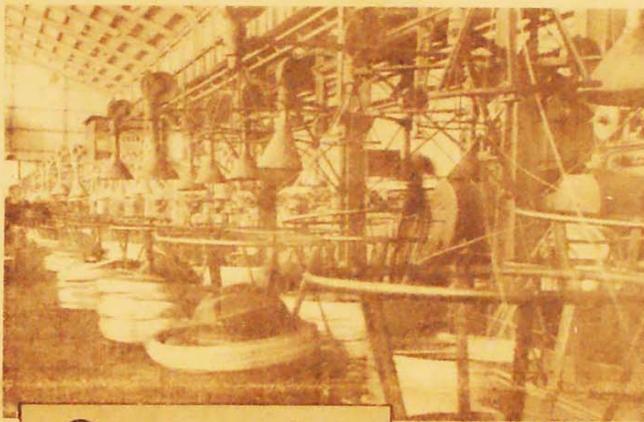
que facilitará a ampliação e o fortalecimento desta frente única patriótica e democrática.

A OAB levanta inclusive a possibilidade de responsabilizar criminalmente os ministros do Planejamento e da Fazenda através de uma ação penal. Ou seja, falando em linguagem popular, que se ouve diariamente nas fábricas, nos transportes e na rua, botar na cadeia os que traficaram e continuam traficando com os interesses do povo e da nação.

Mas, mesmo apoiando-se este encaminhamento, é sabido que a Justiça em nosso país permanece amordaçada. Para levar à prática os objetivos patrióticos e democráticos, o fator decisivo é a ação energética e unitária das grandes massas. Movimento este que tem como alvo o regime militar e que ao se expandir e fortalecer, tende a seguir no rumo da revolução. É isto que indicam as greves e os movimentos de rua realizados e que a própria reação do governo leva a uma radicalização crescente.

Esta ampliação e radicalização das lutas são impulsionadas por fatores objetivos, que não dependem da vontade desta ou daquela pessoa ou corrente política. É um processo que só pode assustar o próprio governo, que se coloca contra as massas — ou os vacilantes, que falam contra o regime mas temem o avanço popular. Os operários conscientes não só saúdam esta força nova que se levanta, como se incorporam com entusiasmo na sua organização e na tarefa de ajudar os brasileiros a fazer a sua própria experiência na busca da libertação.

Se a imprensa burguesa trata por todos os meios de camuflar esta denúncia da OAB, todos os democratas e patriotas, pelo contrário, tem o máximo interesse em divulgar e discutir por todo lado as resoluções do Congresso dos Advogados. Os trabalhadores em particular, precisam conhecer e valorizar esta contribuição para a luta contra o regime militar.



Máquinas paradas na Belgo Mineira

Greve contra demissões na Belgo Mineira

Multinacional planeja dispensar mil Pág. 8

Encontro analisa êxito da guerrilha

Realizada a conferência do Exército Popular de Libertação da Colômbia. Pág. 2



Foto: L. Carlos Leite

437 delegados discutiram e aprovaram uma campanha de massas pela eleição direta.

A UNE se lança à luta pelas diretas

Foi a principal resolução do Conel de São Bernardo. Página 4

Numa decisão histórica, a Ordem dos Advogados do Brasil denuncia que o Acordo 2, do governo federal com o Citibank americano, "contém grave ofensa à soberania nacional". Submete nosso país aos tribunais de Nova York, "sem que o Brasil possa invocar suas prerrogativas de país independente". Advogados falam até em processar Delfim como criminoso. Pág. 3



O ato incluiu um "antero do BNH"

Majoria dos mutuários do BNH não paga os 130%

É a avaliação feita numa assembléia de 3 mil mutuários no ABC. Pág. 8

Condenada a ofensiva dos EUA contra a Nicarágua

AS medidas de guerra contra a Nicarágua anunciadas por Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos, na semana retratada provocaram indignação pelos quatro cantos do globo. Vários países protestaram contra a escalada belicista ianque na América Central, e o Pentágono viu-se obrigado a adiar para novembro as manobras que iniciaria em agosto.

Os principais governos do mundo, inclusive aliados dos Estados Unidos, condenaram a ofensiva anti-sandinista de Washington. Até mesmo o Partido Socialista francês, que no governo de seu país é fiel à política internacional de Reagan, anunciou estar "seriamente preocupado" com "um projeto de administração americana de desestabilização do regime sandinista". E o chanceler francês, Claude Cheysson, transformou sua viagem pela América Latina numa enorme romaria de condenação à agressão de Reagan. Mesmo o subserviente governo brasileiro enviou nota de solidariedade e apoio aos esforços de negociação do grupo de Contadora.

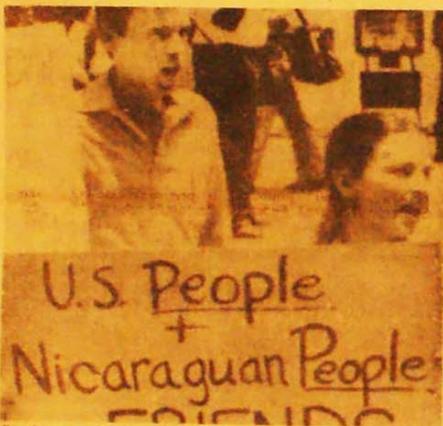
Na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, por 228 votos a 195, foi aprovado o projeto de lei marcando para o dia 1º de outubro o fim de toda a ajuda prestada aos grupos contra-revolucionários somozistas. Mas a resolução vai para o Senado, onde deve ser rejeitada pela maioria do Partido Republicano, de Reagan.

De qualquer modo, o governo norte-americano recuou parcialmente. Além do Pentágono

adiar para novembro o início das manobras militares, o embaixador itinerante ianque para a América Central, Richard Store, reuniu-se pela primeira vez com um representante da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional de El Salvador, Ruben Zamora. Isto representou uma importante vitória política da FMLN e da própria Nicarágua, pois até aqui era negada pelo governo norte-americano qualquer negociação com a guerrilha salvadoreña, cuja liquidação "justificava" inclusive a derrocada do governo nicaraguense.

Este pequeno e parcial recuo não deve gerar ilusões entre os povos do mundo e da América Central em particular. Os planos de invasão e agressão de Reagan continuam na ordem do dia. Prova disso é que a marinha ianque continua cercando a Nicarágua e o governo de Manágua denunciou que a fragata norte-americana Clifton Sprague violou mais uma vez suas águas territoriais. Erguer um poderoso movimento de solidariedade que segure a mão assassina de Reagan continua sendo tarefa decisiva.

(Luis Fernandes)



Populares americanos condenam a política de Reagan.

Parlamentares brasileiros solidários com sandinistas

Uma comissão de 21 parlamentares do PMDB, PDT e PT visitou a Nicarágua e os Estados Unidos para colher informações sobre o intervencionismo ianque na América Central e manifestar solidariedade ao povo nicaraguense.

Três integrantes da comissão, os deputados Jacques D'Ornellas (PDT), José Eudes (PT) e Cristina Tavares (PMDB) concederam entrevista coletiva sobre a viagem, onde denunciaram que o imperialismo norte-americano está pressionando o Brasil para mudar sua política externa como parte das negociações para "rolar" a dívida externa. Publicamos a seguir trechos da entrevista:

— O que mais os impressionou na visita à Nicarágua?

Eudes — Nós testemunhamos que o governo nicaraguense distribuiu armas a todo o povo. O povo está armado para se defender da agressão externa.

Cristina — Uma das coisas mais impressionantes que eu assisti foi o repúdio de massas à traição de Eden Pastora, que hoje é financiado pela CIA e, junto com somozistas e mercenários, invade o país pelo sul. Nas comemorações do 4º aniversário da revolução nicaraguense, em León, quando alguém perguntou "O que vocês acham de Eden Pastora", o povo irrompeu num grito ensurdecedor: "Traidor! Traidor!"

— Qual tem sido a posição do governo brasileiro em relação à Nicarágua?

Eudes — O Brasil mantém relações diplomáticas em



Cristina Tavares

Manágua, mas não tem lá um embaixador, apenas um encarregado de negócios. Esta situação anômala só aconteceu nas nossas relações com dois países do mundo: a África do Sul, e é justo que não tenha embaixador, em função das resoluções da ONU condenando o regime do apartheid; e a Nicarágua, que fica nivelada assim à situação da república sul-africana. Assim, a prática do governo brasileiro tem sido de apoio formal em carta ou documento, mas na realidade não tem havido um compromisso irrestrito.

Cristina — Me parece que os ministros da área econômica estão negociando a nossa soberania. Querem empenhar também a política externa brasileira para pagar a dívida. A paranoia norte-americana sobre a América Central chega aos banqueiros internacionais, que nos pressionam e exigem a perda da nossa soberania na política externa.

D'Ornellas — Um empresário brasileiro que conversou recentemente com um representante do Departamento de Estado norte-americano disse exatamente isso — que a grande pressão é por uma mudança substancial da política externa brasileira em relação à América Central, em troca de um apoio mais decisivo do governo norte-americano em matéria de renegociação da dívida. Bancar as dificuldades financeiras do Brasil junto à comunidade financeira internacional estaria condicionado pelo governo Reagan a uma mudança de rumos da política externa brasileira.



José Eudes

Os prêmios da Campanha Karl Marx da T.O.

A sucursal da Bahia foi a vencedora da campanha Karl Marx da Tribuna Operária. Cumpriu todas as metas e destacou-se especialmente na difusão do jornal entre os operários, sem abandonar a venda junto aos demais trabalhadores. Levamos em conta também que nestes quase quatro anos esta tem sido a sucursal com melhor desempenho e maior regularidade.

No total, os baianos chegaram a vender 9 mil jornais por semana, conseguiram alcançar quase mil assinantes e obtiveram Cr\$ 1.173.000,00 de finanças extras.

A atuação no polo petroquímico de Camaçari foi a que alcançou maiores êxitos. Nesta cidade foram superadas todas as cotas e conseguidos os recordes estaduais de assinaturas e finanças. O recordista estadual de assinaturas foi um companheiro operário petroquímico, que vendeu 31 assinaturas para colegas de seu local de trabalho.

Os metalúrgicos, os bancários e os estudantes secundaristas e universitários também mostraram grande empenho para o fortalecimento da Tribuna Operária. E um núcleo de operários têxteis vendeu em média 70 jornais dentro da fábrica onde trabalha.

PREMIO ESPECIAL Resolvemos criar um prêmio especial que não estava previsto. Os companheiros do Maranhão revelaram um esforço fora do comum para fortalecer a imprensa operária e superaram todas as metas da campanha.

Em particular dobraram a cota de assinantes. Mesmo num Estado pobre, ultrapassaram em 50% a meta de finanças extras. E ainda esforçaram-se para difundir o jornal na classe operária, apesar do reduzido número de indústrias. Um operário metalúrgico fez cinco assinaturas com seus colegas de trabalho. O artesão Nikó fez uma talha, alusiva a guerrilha do Araguaia, que será entregue à sucursal do Maranhão como vice-campeão da campanha Karl Marx. Foi praticamente um empate com o primeiro lugar.

OUTROS PRÊMIOS O campeão individual de venda na fábrica foi um companheiro de uma indústria química do ABC — que preferiu não revelar o nome. Além de vender cerca de 50 jornais em média por semana na sua fábrica, conseguiu 66 novas assinaturas entre seus colegas de trabalho. É um exemplo a ser seguido por todos os tribuneiros.

A campeã de assinaturas foi a companheira Maria Ivone, de Alagoas, que fez 80 assinaturas para a Tribuna Operária durante a campanha.

O grupo campeão de vendas foi o do Metrô de São Paulo, que na época da greve geral chegou a vender 300 exemplares da Tribuna Operária entre os metroviários. Além disso, já na campanha anterior, denominada Raimundo Lara, estes companheiros tinham tirado o segundo lugar.



O prêmio para o Maranhão, vice-campeão da campanha Karl Marx

Não deixe esta chama se apagar!

A história da imprensa alternativa tem na Tribuna Operária um dos seus baluartes em defesa do povo. Não deixe esta chama se apagar. Dê uma resposta aos que querem amordçar a imprensa que informa ao povo sobre a corrupção, a grilagem, a má-fé dos trabalhadores. Companheiros, leiam e assinem a Tribuna Operária. (Nilsen Bahia, presidente do Sindicato da Bahia e membro da Prô-CUT).

Desejo receber em casa a Tribuna Operária. Envio anexo cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda Rua Adonir Barboza, 53 (antiga Trav. Brigadeiro Luis Antônio) — Bela Vista — São Paulo, SP CEP 01318.

() Anual de apoio (52 edições) — Cr\$ 10.000,00
 () Anual comum (52 edições) — Cr\$ 5.000,00
 () Semestral de apoio (26 edições) — Cr\$ 5.000,00
 () Semestral comum (26 edições) — Cr\$ 2.500,00

Exterior, anual — 70 dólares

Nome: _____
 Endereço: _____
 Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
 Telefone: _____ Profissão: _____
 Data: _____

Cresce a luta armada na Colômbia

O Exército Popular de Libertação, braço armado do Partido Comunista da Colômbia (marxista-leninista), realizou em junho sua II Conferência Nacional. A Conferência propôs a "unidade guerrilheira" baseada na recusa da entrega às armas e continuação da luta armada revolucionária contra o governo de Belisario Betancur.

Em nota à imprensa anunciando a Conferência, datada de 30 de junho, o EPL anuncia que avaliou sua atividade durante os últimos anos e considerou correta sua recusa ao engodo das "sucessivas anistias condicionadas" propostas pelo governo de Betancur. O EPL "se comprometeu a multiplicar suas forças e a perseverar no combate contra os inimigos do povo na cidade e no campo".

"Esta decisão — diz a nota — tem especial significado agora que estão discutindo um conjunto de reformas de ordem penal e trabalhista, cujo conteúdo põe ainda mais as limitadas liberdades políticas existentes, se acentuaram a repressão anti-

popular, as atividades dos grupos paramilitares e os cercos contra as zonas camponesas, se inverteram 30 bilhões de pesos na modernização do armamento para agredir aos setores populares e cresce a crise econômica aumentando a miséria, o conformismo e a luta das maiores colônias colombianas".

Contudo o EPL continua disposto a dialogar sobre a situação nacional. O comunicado à imprensa assinala que "se o Comando Nacional de nossa organização não entrou em contato com a Comissão de Paz foi devido a que as gestões desse mecanismo do governo resultaram estéreis e não foi proposto nunca um plano de conversações



O Exército Popular de Libertação cresce 400%

suficientemente amplo sobre a problemática do país".

O Comandante Ernesto, do EPL, destacou que nos últimos dois anos sua organização "se quadruplicou e passou das ações de fustigamento a combates de maior envergadura contra o inimigo. De uma frente rural que existia há dois anos, passamos a manter várias frentes rurais e unidades em todas as principais cidades do país. Era uma organização localizada no noroeste colombiano. Agora somos uma organização nacional. Antes comandávamos unidades de uma dezena de homens. Agora temos que dirigir formações de 50, 100 e mais homens." E con-

clamou: "Não podemos seguir pensando em coisas pequenas. As grandes tarefas da revolução, da generalização da guerra popular insurrecional e da própria insurreição geral são demasiado exigentes."

A Conferência reafirmou o espírito de solidariedade internacionalista do EPL "para com os povos que lutam pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo, para com o movimento marxista-leninista internacional e o socialismo vivo na Albânia". Foi ratificada, ainda, a unidade do EPL em torno à direção do P.C. da Colômbia (marxista-leninista).



A mulher também tem grande participação no E.P.L.

Congresso é reaberto sob o impacto do decreto-lei 2.045

O Congresso Nacional reabriu seus trabalhos sob o impacto da exigência do FMI para que aprove o decreto-lei 2.045 que rebatiza os índices dos reajustes salariais. Em meio às pressões e chantagens do governo e à proposta de conciliação nas hostes oposicionistas, o segundo semestre promete ser quente no Congresso.

O deputado Ulysses Guimarães reassumiu no dia 3 o cargo de presidente nacional do PMDB e ao tomar posse informou que seu partido deverá fechar questão contra o decreto-lei 2.045. Também foi revelado que os líderes dos três partidos oposicionistas, PMDB, PT e PDT, participarão da comissão mista do Congresso que examinará o decreto do arrocho salarial. Indagado sobre os boatos do fechamento do Congresso, Ulysses foi taxativo: "Nenhum partido pode deixar de cumprir seu dever. Temos que correr riscos calculados, não riscos temerários".

Entrevistado pela Tribuna Operária o deputado federal do PMDB de Goiás, Aldo Arantes, afirmou: "Na verdade o que ocorre é que a ditadura militar que assinou os fa-



Aldo: "pressionar o Congresso".

migerados acordos com o FMI sem submetê-los à apreciação do Congresso, procura impor agora ao parlamento as suas consequências. O Congresso Nacional não pode aceitar esta manobra do regime militar, é necessário denunciar a política de tração nacional da ditadura".

Quando às pressões violentas serão exercidas sobre os deputados,

Aldo afirma: "Acho que as oposições não podem se intimidar diante dos arreganhos do FMI e da ditadura militar. É necessário que os congressistas tenham uma posição combativa rejeitando a política econômica antinacional e antipopular do regime". O deputado goiano vê na mobilização popular a saída para que o Congresso assumira seu papel na rejeição do decreto-lei. "Assim como o FMI está pressionando a ditadura e o Congresso, o povo tem o direito legítimo e o dever de pressionar o Congresso para que ele não sucumba diante das pressões dos poderosos", concluiu Aldo.

A briga no Congresso promete não ficar polarizada apenas entre situação e oposição. Há indicativos de que o PDS sofrerá divergências internas. O próprio malufista Theodorico Ferraz, um dos articuladores da chapa dissidente do partido governista, explica que "não se pode aceitar que os acordos com o FMI estejam sendo feitos a portas fechadas, com a exclusão da classe política. Falta até credibilidade na área econômica do governo". E vai mais além: "Como se pode levar a sério as autoridades econômicas, se há dias o governo limitou os juros e hoje o Banco Central está liberando-os novamente?".

Outro debate que promete animar o Congresso é sobre a sucessão presidencial. O governo federal e alguns setores conciliadores insistem na tese da eleição indireta, mas os partidos oposicionistas prometem intensificar a campanha por eleições diretas. "A eleição direta é uma decisão imberçante. Não podemos ceder aquilo que não é nosso, que é defendido por 80 por cento da população. Não podemos trair o nosso mandato, conquistado, em parte, pela defesa desta tese", informa Ulysses Guimarães.



A bandeira da luta contra o FMI, hasteada pelo povo, agora é também da Ordem dos Advogados.

Soberania nacional foi violada, acusa o Conselho da OAB

A Ordem dos Advogados do Brasil resolveu por unanimidade denunciar o Acordo 2 do Banco Central com o Citibank americana, como "grave ofensa à soberania nacional, expressamente renunciada no texto". O dr. Sérgio Ferraz, que fez a denúncia, chega a recomendar medidas penais para punir os ministros Delfim e Galvêas, por "crime de responsabilidade".

A decisão, considerada histórica, foi anunciada no Congresso Nacional de Advogados Pró-Constituinte, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, entre segunda e quinta-feira. E deu a tônica no Congresso, onde, ao contrário do "entendimento nacional", prevaleceu uma postura de luta intransigente pela plena "democratização" do país — a defesa de uma Assembleia Constituinte soberana, da revogação da Lei de Segurança e de eleições diretas para a Presidência da República.

O parecer do conselheiro Sérgio Ferraz sobre o Acordo 2, adotado pelo Conselho Federal da OAB, é uma vigorosa tomada de posição sobre o problema da dívida externa, na própria soberania do Brasil como nação independente e soberana.

Ferraz reitera a denúncia já apresentada pelo senador Humberto Lucena, líder do PMDB no Senado: o chamado Acordo 2 simplesmente estabelece que qualquer discordância entre o Banco Central do Brasil e o Citibank seja julgada pela legislação do Estado norte-americano de Nova York, sem que o Brasil possa invocar, a qualquer pretexto, suas prerrogativas de país independente.

Para o conselheiro da OAB, "profundos atentados à Constituição e ao patrimônio moral da nação foram perpetrados nas cláusulas examinadas". E mais: analisando os textos constitucionais de 52 Estados soberanos, o dr. Sérgio Ferraz conclui que "razões" chegam sequer a aventar a possibilidade de um acordo como o concluído. Já o ministro Miguel Seabra Fagundes foi ainda mais longe. Numa exposição ao Congresso declarou, com sua indiscutível autoridade de jurista, que só conhece um tipo de caso em que se assina acordos assim: os casos de nações que acabam de perder uma guerra.

"So assina um acordo destes o país que fez uma guerra, e perdeu"

No final de seu parecer, Ferraz destaca a "renúncia alegada a qualquer alegação de soberania", por parte do Brasil, como "o ponto mais espantoso e ignóbil do Acordo Dois". E agrega: "Nunca encontrei em todos os documentos históricos do Brasil nada que parecesse

com esse documento, porque renúncia de soberania talvez nós tenhamos tido renúncias iguais, mas renúncia declarada à soberania do país é a primeira vez que consta de um documento, para mim histórico".

Como propostas de ação, o dr. Sérgio Ferraz dispôs-se a mover uma Ação Popular contra o governo, buscando inclusive "uma possível ratificação do Acordo". E diz: "Não estou desconsiderando os impactantes efeitos políticos e econômicos que o rompimento das negociações com nossos credores pudessem originar. Porém a sobreviver ignominiosamente, seguramente a história tem preferido a sucumbência honrosa e honrada".

O parecer chega mesmo a recomendar a denúncia formal, que "qualquer cidadão poderá formular" junto ao Supremo Tribunal Federal, por "crime de responsabilidade". O que, teoricamente, poderia tornar realidade o sonho de tantos brasileiros, de ver um dia os ministros Delfim Netto e Ernani Galvêas atrás das grades.

Para o presidente da seção paulista da OAB, dr. Márcio Thomaz Bastos, a tomada de posição da entidade representa "um avanço". Nós fomos avançando em direção ao social e ao econômico — começamos a tratar o problema do BNH, só para dar um exemplo. E de repente a gente viu que precisava tratar também problemas como este, do qual resulta grande parte dos ou-

tros. Até chegar na denúncia deste Acordo".

"A OAB — prossegue Thomaz Bastos — definiu que vai ser feita alguma coisa mais que uma nota. Vão ser tomadas medidas judiciais, na tentativa de resgatar essa soberania nacional irremediavelmente machucada, já que o Brasil renuncia inclusive à impetorabilidade dos seus bens, e aceita como árbitro e juiz competente para dirimir qualquer dúvida os tribunais de Nova York".

"É um crime contra a soberania nacional. Não tenho nenhuma dúvida"

Ao ser indagado pela Tribuna se este seria "um crime contra a soberania nacional", o presidente da OAB-São Paulo não hesitou: "Eu acho que sim. Não tenho nenhuma dúvida de dizer que, na medida em que você abre mão da soberania nacional você comete a apelação mais séria que você pode cometer contra ela".

Já o dr. Mário Sérgio Duarte Garcia, presidente nacional da OAB, foi menos enfático frente à pergunta da TO: "Eu não poderia definir como um crime no sentido rigoroso do termo antes de verificar se existe a tipicidade penal". Mas no conteúdo político do posicionamento, não teve dúvidas: "Eu digo que é um atentado à soberania nacional".

(Bernardo Joffily)



Thomaz Bastos (esq.) e Mário Sérgio: consenso contra o Acordo 2

A "conspiração do silêncio"

O parecer do conselheiro Sérgio Ferraz à OAB não denuncia apenas o Acordo 2. Aponta também "a conspiração do silêncio da imprensa, que não disse uma palavra sobre tão relevante matéria", desde as revelações do senador Lucena, já em junho. Mesmo durante o Congresso dos Advogados a "conspiração" prosseguiu. A imprensa dos municípios manteve-se surda e muda, apesar da importância gritante dos fatos. Pouco antes, na greve geral de 21 de julho, ocorreu coisa parecida. Não vale aqui gastar tin-

ta com apelos aos princípios éticos dos órgãos de comunicação. O que conta são os interesses das classes que sustentam tais órgãos. Aos trabalhadores, e à Tribuna Operária, interessa divulgar esta denúncia. Ao capital imperialista, não. Mas os senhores da grande imprensa, burguesa e disposta a ceder, que se acautelem. Hoje os credores estrangeiros e o Planalto querem silêncio sobre esta greve, aquele escândalo. Amanhã outras oposições virão. E toda a imprensa do país sabe bem o quanto a mordida machuca.



Ulysses Guimarães: "eleição direta é uma decisão imberçante"

Santos conquista autonomia e Anápolis quer eleger prefeito

Após 14 anos sob intervenção federal, Santos reconquistou a sua autonomia política, deixando de ser considerada área de segurança nacional. Como Santos, ainda existem outras 105 cidades que não podem escolher livremente seus prefeitos. Anápolis é uma delas e no dia 31 de julho seu povo saiu às ruas exigindo o direito de eleger os seus administradores.

O deputado estadual pelo PMDB, Rubens de Lara, eleito pela baixa-dantista, afirmou que a volta da autonomia de Santos foi "fruto de uma ampla conquista popular. De uma mobilização da comunidade ao longo de muitos anos, da necessidade da população reconquistar um direito seu". Em 1969 houve a intervenção transformando o município em área de segurança nacional. Desde essa época o prefeito passou a ser nomeado pelo governo federal.

O próprio decreto-lei assinado pelo presidente Aureliano Chaves que devolve a autonomia ao município foi mais um desrespeito ao legislativo. Já estava para ser votado no Senado um projeto de lei que retirava Santos da área de segurança nacional. Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, afirmou que apoiava o restabelecimento da auto-

nomia a Santos, mas condenava o método utilizado pelo governo e decreto-lei.

Após tantos anos sem eleger seu prefeito, o povo santista aguarda ansioso o momento de depositar o seu voto na urna.

Para candidatos pelo PMDB, fala-se no deputado Estadual Rubens de Lara, o deputado federal Del Bosco Amaral e em Osvaldo Justo. Rubens de Lara ressalta que "durante todo este tempo de autoritarismo, de prefeitos nomeados, Santos esvaziou-se política e economicamente. Agora é necessário recuperá-la, reerguer a cidade, construir uma nova Santos do povo".

A LUTA EM ANAPOLIS

Ainda existem outros 105 municípios que são considerados áreas de interesse da segurança nacional e são tutelados de forma autoritária. Anápolis, a segunda maior cidade de Goiás está nesta situação. Mas no dia 31 de julho, aproveitando-se da comemoração do aniversário da cidade, cerca de mil pessoas fizeram uma grande manifestação nas ruas exigindo o direito de eleger o seu prefeito.

Após a expressiva vitória oposicionista nas eleições de novembro, em Goiás, foi formado um semipró-autonomia política de Anápo-

lis, constituído pelos partidos de oposição e diversas outras entidades. O deputado Ademir Santillo, representando o governador Iris Resende, durante as comemorações do dia 31 afirmou que "o que faz a segurança de uma nação é o bem estar do povo, com saúde, educação, emprego e salários dignos". O deputado Aldo Arantes falou na ocasião que "o que atenta contra a segurança da nação é o acordo com o FMI e a entrega de nossas riquezas aos estrangeiros".



Santillo: agora é autonomia de Anápolis

Funil para pagar a dívida

Todas as remessas de dólares para o exterior terão que passar pelo Banco Central e só serão liberadas de acordo com uma lista de prioridades do governo. Isto foi decidido numa reunião por telefone do Conselho Monetário Nacional, no dia 29 de julho. O pretexto é o pagamento do petróleo, na verdade os dólares irão primeiro para os juros da dívida externa.

Sem conseguir soluções para a crise brasileira o governo toma medidas cada vez mais drásticas. A verdadeira razão da centralização dos dólares não é o pagamento do petróleo. O objetivo é garantir o pagamento dos juros da dívida externa. E colocar toda a economia do país voltada para os apetites dos bancos estrangeiros. A iniciativa foi da Secretaria do Planejamento, do lanoperado Delfim. Um documento apresentado oficialmente afirma que a medida é

temporária e deve terminar quando os banqueiros e o FMI liberarem as segundas parcelas dos empréstimos e assinarem novos acordos, o que só deve acontecer em outubro ou novembro.

Os trabalhadores, que não especulam no mercado de dólares e nem têm nenhuma participação nas reuniões do Conselho Monetário Nacional, serão gravemente atingidos pela medida. A mais grave consequência no entanto, está na questão da dívida externa. O governo transformou o Brasil num grande funil: tudo que conseguirmos em dólares, com exportações e mercadorias e serviços será controlado pelo Banco Central, para pagar a dívida externa.

PERTO DA FALENCIA

Perguntaram para Delfim se essa medida levaria ao racionamento de

petróleo e seria uma etapa para a preparação da moratória. Com seu cinismo de sempre o ministro afirmou o contrário. A verdade é que o racionamento do petróleo continua em pauta e está sendo preparado rigorosamente. A medida é o reconhecimento da perda total de reservas. Depois de tanto desgoverno, o Brasil está sem dinheiro em caixa.

A centralização dos dólares na mão do Banco Central é uma das últimas etapas de preparação da moratória. O governo já está atrasando mais de um bilhão e meio de dólares de pagamentos da dívida externa. Os atrasos já se aproximam da marca vermelha dos 60 dias, prazo que de acordo com a praxe internacional leva a decretação de inadimplência. A medida foi um ato de entrega e submissão. Apesar dos boatos de represálias dos banqueiros internacionais, foi o contrário que aconteceu. Os banqueiros, através de declarações na imprensa, consideraram a medida "dura mas necessária".

(Luiz Gonzaga)

Foto: L. Carlos Leites



No plenário, uma forte maioria decide centrar fogo no regime militar

Coneb: a UNE em campanha pelas diretas

Uma campanha pelas eleições diretas para presidente da República, a ser levada em todas as escolas do país, foi a principal resolução do 4º Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE (Coneb), reunido em São Bernardo, entre os dias 28 e 31, o encontro teve a participação de 427 entidades estudantis e definiu os rumos da UNE no segundo semestre.

Apesar de contar com um número menor de entidades, este Coneb "foi bem mais rico em discussões que o anterior", na opinião de Clara Araújo, presidenta da União Nacional dos Estudantes. A campanha pelas diretas ocupou os delegados desde a abertura do Conselho, que teve a presença de personalidades oposicionistas como Lula e Severo Gomes.

Basicamente três propostas se apresentaram. A da Viração, majoritária, defendia o fim do regime militar e a necessidade de uma ampla frente contra o governo federal, para conquistar a eleição direta. Das propostas minoritárias, uma jogava pela negociação e entendimento com o regime e a outra, num palvaredo pretensamente radical, pregava um combate sistemático tanto ao governo de Brasília como às administrações estaduais eleitas pela oposição, sem distinções. Ambas foram derrotadas.



Clara: um Coneb "bem mais rico"

Os estudantes aprovaram também o combate pela suspensão do pagamento da dívida externa e pelo fim da Lei de Segurança Nacional.

EVASÃO DE 300 MIL

A universidade brasileira atravessa a pior crise da sua história: as escolas públicas estão ameaçadas de parar por falta de verbas e as particulares, que concentram 77% das vagas no ensino superior, cobram mensalidades proibitivas. Neste segundo semestre a evasão das faculdades deve atingir cerca de 300 mil alunos. Diante deste quadro o Coneb reafirmou a luta pela destinação de 12% do orçamento da União e 25% dos orçamentos estaduais para a educação; pela suplementação de verbas para as universidades públicas; contra os aumentos abusivos nas escolas pagas e pela estipulação de um índice máximo de aumento em cada escola. Em 25 de agosto haverá um dia nacional de luta por estas metas.

Tratou-se também da luta por liberdade nas escolas. Segundo Flávio Patrício, presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, onde o movimento estudantil tem sido mais atuante, "praticamente todas as escolas pagas fizeram mobilizações e nesta luta os estudantes conseguem mais espaço, rompendo a falta de democracia". Os delegados pronunciaram-se por eleições diretas para os reitores e por uma representação estudantil de um terço nos órgãos colegiados. O próprio local do Coneb — o Instituto Metodista do Ensino Superior — simboliza este combate. Seus estudantes e professores vêm de fazer uma longa greve, vitoriosa, pelo afastamento de um reitor fascista.

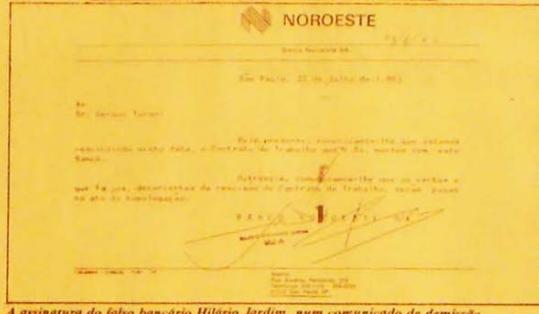
Pequenos grupos, adeptos do trotsquismo, tentaram impedir que os representantes dos governadores Montoro e Brizola levassem seu apoio ao Coneb. E, aproveitando as provocações, chegaram a se retirar temporariamente do plenário. Não conseguiram, porém, quebrar o caráter unitário e combativo do 4º Coneb da UNE.

Justiça destituiu prefeito do PDS

O governador pedesista de Alagoas, Divaldo Suruagy, acaba de amargar uma contundente derrota: no dia 3 último, o Tribunal de Justiça do Estado declarou nula a indicação do prefeito de Maceió, José Bandeira. Quando Suruagy indicou o nome do prefeito bionico, levou em conta unicamente o interesse das composições dentro do PDS. Escolheu um cacique do Serião, que como candidato a deputado não teve votos em Maceió nem para se eleger vereador. Ignorou solenemente o desejo expresso do eleitorado da capital, onde o PDS perdeu para o PMDB na proporção de dois para um. E, na pressa de enfiar gôela abaixo o nome escolhido, fez com que a bancada estadual do PDS referendasse a indicação de qualquer jeito, ferindo várias vezes o regimento da Assembleia.

Eduardo Bonfim, entrou com um mandato de segurança invocando a nulidade da aprovação. Agora que a ação foi acatada pela Justiça, Bonfim considera que "foi uma vitória, porque tentou-se impor ao povo e ao Legislativo um bionico, e não se conseguiu". Porém Bonfim faz questão de frisar que "o que interessa mesmo para o povo de Maceió é a eleição direta do prefeito da capital, assim como para todo o povo brasileiro interessa eleger o presidente da República".

A decisão do Judiciário teve considerável impacto político em Alagoas, reolocando em pauta o problema do método de escolha dos prefeitos das capitais. E para o governador colocou um dilema de difícil solução: ou ele promove novamente o nome de José Bandeira, ou terá que indicar outro nome, desgastando-se da mesma forma. (da sucursal)



A assinatura do falso bancário Hilário Jardim, num comunicado de demissão.

Bancários: Sindicato na mão dos gerentes

Quem são os interventores que o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, colocou no Sindicato dos Bancários depois da greve do dia 21? Para o ministro eles são bancários. Mas a própria categoria denuncia, e prova (veja o fac-símile acima): são gerentes, diretamente a serviço dos banqueiros e pessoalmente empenhados na perseguição aos trabalhadores.

Murilo decretou a intervenção. Murilo Macedo declarou-se "ex-bancário", disse que para ele foi "doloroso" tomar a medida e que por isso mesmo nomeou uma junta governativa formada por bancários, "não sendo preciso nomear uma pessoa estranha". Mas a mentira teve pernas curtas. Para começar, nenhum dos três interventores é sócio do Sindicato. Porém não é só isso: nenhum deles é sequer bancário, pois todos ocupam cargos profissionais que os colocam de fato do lado dos banqueiros.

Antônio Romualdo da Silva, do BCN, durante a campanha salarial do ano passado sentava na mesa de negociação representando os banqueiros. No dia 21 ele estava prestes a assumir uma gerência do BCN, em Nova York, nos Estados Unidos. A pedido do diretor do banco aceitou funcionar como interventor para depois ser promovido.

Já Hilário Fernandes Jardim é gerente de recursos humanos do Banco Noroeste. E uma de suas últimas medidas na gerência, no dia mesmo em que foi empossado como interventor, foi demitir dois funcionários do seu banco, por terem faltado ao serviço no dia 21 de Julho. O fac-símile acima, assinado por Jardim, é da comunicação de uma das demissões.

Os dados mostram: a intervenção foi feita sob orientação direta dos banqueiros, para acabar com o Sindicato como trincheira de luta da categoria; e os interventores foram escolhidos a dedo com este fim.



Lavradores do norte do Estado: "Eles despejam, nós voltamos..."

Grileiros semeiam o terror em Goiás

"Eu mesmo fui despejado três vezes, e minha casa já foi queimada quatro vezes pelos jagunços". O dramático testemunho é de José Celino Moraes, posseiro na localidade goiana de Taboca, que esteve em Goiânia para pedir auxílio à Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Os conflitos pela posse da terra espalham-se por todos o Estado.

Taboca fica no município de Nazaré, no Bico do Papagaio, extremo norte de Goiás. Seus moradores estão ali desde 1918, plantando arroz, feijão, mandioca e milho para sobreviver. Por muito tempo eles e suas famílias viveram em suas terras sem ser incomodados.

"De uns tempos para cá — conta João Celino — os danados dos grileiros passaram a fazer pressão para fazer com que a gente deixe nossas terras. Veio a grileira Odécia Conceição Moraes e quis colocar todo mundo para fora dizendo que toda essa terra é dela". A grileira conseguiu uma ação liminar de despejo dos posseiros, junto ao juiz de Tocantópolis, Domingos de Almeida. Apesar disso — afirma Celino — "eles despejam a gente e nós voltamos".

"NÃO VAMOS SAIR" Quando os jagunços chegam para fazer o despejo, pegam tudo que encontram dentro das casas. Todos os mantimentos são roubados. Em seguida eles colocam fogo nas casas e nas plantações, espalhando o terror na região para obrigar todos os posseiros a deixarem suas terras. O lavrador comenta: "Essa situação não pode continuar. Nós não vamos sair de nossas terras. Se a gente sair, vamos viver como". Não queremos morrer de fome. Por isso vamos resistir, até o fim". Os posseiros têm denunciado à Justiça local as arbitrariedades de que são vítimas, mas as autoridades e o delegado de Tocantópolis não tomaram nenhuma providência. "Enquanto os jagunços andam armados de revólver, rifle e pistola, a polícia não deixa a gente andar com nenhuma arma, nem mesmo para caçar. Uma 'vinte' que

eu tinha, me tomaram. Também tomaram de outros companheiros meus" — conta José Celino.

CONFLITO COM A GURUPI

Também no médio-norte goiano os conflitos de terra estão assumindo proporções dramáticas, conforme afirma dona Celso Pereira, bispo de Porto Nacional da regional Araguaia-Tocantins da Comissão Pastoral da Terra. Nesta região, na Fazenda Agropi (Agropecuária Gurupi Limitada), 60 famílias que vivem no local há diversos anos tiveram suas benfeitorias totalmente destruídas. Os posseiros, no entanto, recorreram à Justiça e conseguiram liminar de permanência nas posses.

Na região de Araguaçema muitos posseiros estão sendo expulsos de suas terras por fazendeiros de outros lugares, que se dizem donos da área. Os fazendeiros apresentam até escrituras, devidamente falsificadas, para as famílias que vivem na terra, para forçá-las a sair.

Há poucos dias um grupo de jagunços, junto com a polícia, arrancou da terra 40 famílias. As dez que ficaram estão sendo ameaçadas e já houve até troca de tiros entre posseiros e jagunços.

Já na fazenda Barra da Aroeira, município de Novo Acordo, 30 famílias de negros, estabelecidas ali desde o Império, estão também ameaçadas pela grileagem. Dos 1.400 alqueires que possuíam, hoje só restam 200. E no município de Porto Nacional, 40 famílias de posseiros impetraram ação na Justiça e conseguiram liminar favorável. O grileiro Guilherme Santana teve que recuar junto com seus jagunços. (da sucursal)

Solidariedade à TO

Quatrocentos jornalistas, representando 23 Sindicatos, reunidos em Belo Horizonte na 14ª Conferência Nacional dos Jornalistas aprovaram no último fim de semana uma moção de solidariedade à Tribuna.

"Os jornalistas brasileiros — diz o texto — repudiam a ameaça de enquadramento dos jornalistas da Tribuna Operária na Lei de Segurança Nacional; o processo contra aquele jornal através da Lei de Greve pelo fato de ter apoiado a decisão dos trabalhadores gu-

chos nesse sentido; a prisão de nove colaboradores que vendiam aquele órgão em porta de fábricas no dia 23 de julho deste ano; o cerco da Polícia Federal de um debate promovido pelo jornal em Teresina, no dia 25 último, por motivo do encerramento de uma campanha de finanças; e a prisão arbitrária de dois trabalhadores de aquele semáforo no início da greve da metalúrgica Belgo Mineira, em Belo Horizonte".

(da sucursal)

Repressão em S. Paulo

Ao que tudo indica continua em ação o "canal aberto" que o superintendente da Polícia Federal em São Paulo, Romeu Tuma, diz ter conseguido para articular-se "sem intermediação" com a Polícia Militar do Estado. Na última segunda-feira, no Largo 13 de Maio, Zona Sul de São Paulo, a PM investiu contra um grupo de trabalhadores que distribuía panfletos do Comitê de Luta Contra o Desemprego. A jovem metalúrgica Arleide Alves e Lurdes Pereira, líderes do Comitê, foram arbitraria-

mente presas enquanto boa parte do povo que assistia à cena teve que refugiar-se na igreja ao lado. As duas, agredidas e levadas para a Delegacia de São Amaro, já iam sendo encaminhadas para a Polícia Federal — o que só não aconteceu devido à intervenção do deputado estadual Benedito Cintra (PMDB) que conseguiu libertá-las. Contra denúncia do absurdo de, num governo eleito pelo voto oposicionista do povo, se perseguir trabalhadores pelo simples fato de difundirem suas idéias.

A vitória da União

Dia 31 o bairro de Santa Isabel, Cubatã, escolheu numa acirrada batalha eleitoral a direção de sua Associação de Moradores. Foi o sr. Osvaldo da Silva, tendo à frente dona Joana, que teve 1.037 votos, contra 160 e 324 votos para duas chapas apoiadas pelo PDS.

to a eleição. "Aqui não vai votar defunto, sapo de fora, nem cabra safado que vota cinco vezes, como o PDS fez nas eleições" — diziam. Mais de mil pessoas acompanharam a apuração. E argumentavam: "Vamos ficar até o fim para garantir a vitória da União, pois se a vila cair na mão do PDS é mais do que certo que vai ter despejo e perseguição".

(da sucursal)

Recorde de corrupção

Poucas vezes se viu uma eleição tão fraudada como a que fabricou a vitória da Chapa 1 (PDS) no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus, Maranhão. O prefeito Francisco Araújo (PDS) esteve em todas as seções, comprando votos por 50 mil quilos de arroz. Sua esposa na 3ª seção, prometeu alimentos, roupas e dinheiro. A polícia local invadiu a 1ª seção, armada de metralhadora, fuzil e escopeta, para intimi-

dar os eleitores. Pessoas de outros municípios, de outras profissões e até latifundiários votaram. E mesmo o sigilo eleitoral foi violado: o sr. Osvaldo Nunes da Silva, por exemplo, teve sua cédula marcada pelo presidente da seção 3 e, como havia votado na Chapa 2, foi demitido de seu posto na frente de trabalho da Sudec. A Chapa 2 exigiu da Delegacia Regional do Trabalho uma sindicância sobre estes fatos. (da sucursal)

Passeata em São Luiz

No último dia 29, 300 moradores da Vila Bom Jesus, empunhando faixas com dizeres "Quem não tem para onde ir fica aonde está", "Induzem nossos prejuízos, somos vítimas da falta de lei", realizaram passeata de protesto pelas ruas de São Luiz do Maranhão.

para cumprir um decreto de desapropriação da área para criação de um parque ecológico. Os moradores estão alojados numa creche em Coradinho, um bairro próximo à Vila de Bom Jesus. E se negam a sair da lá como forma de protesto. Segundo o deputado Luiz Pedro, do PMDB, que os apoiou, "a derrubada das casas de Vila Bom Jesus foi mais um ato arbitrário desse prefeito bionico".

(da sucursal)

A Campinense parou

Depois de duas semanas de atraso e sem nenhuma explicação da diretoria da empresa, os operários da indústria Cottonifícios Campinense S/A, que fabrica tecidos e sacarias em Campina Grande, Paraíba, resolveram deflagrar uma greve de advertência. Logo apareceram os representantes dos patrões, para evitar "bagunça" ou "depreciação". Depois tentaram justificar o atraso, alegando falta de pagamento dos fre-gueses ou falta de recebi-

mento das promissórias por parte dos bancos. Alegaram que "a prefeitura atrasa, todo mundo atrasa, por que nós não podemos atrasar?". Mas os operários continuaram parados, fizeram piquetes e só reiniciaram o trabalho quando o pagamento foi efetuado. Os trabalhadores avisaram que a greve foi só de advertência. Se continuarem os atrasos, continuarão as greves.

(da sucursal)

Professores em greve

Os professores da rede estadual de ensino da Paraíba paralisam suas atividades nos dias 2, 3 e 4 de agosto. Esta foi a decisão da Assembleia Geral no último dia 28, como forma de pressionar o governo no atendimento da reivindicação de reajuste salarial, e também para fazer com que o governo cumpra as leis que dão ao professorado duas gratificações (regência de classe e equiparação salarial).

sincronizada com a de todos os funcionários, como disse o professor Luciano Romero, da AMPEP (Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba): "Partimos para estes três dias de paralisação devido ao maior grau de mobilização dos professores, mas a tendência deste movimento é de se alastrar pelo restante dos funcionários." Para o dia 3 os funcionários públicos marcaram um "Dia Estadual de Mobilização".

(da sucursal)

Metalúrgicos de todo o país estão em "Estado de Greve"

Os metalúrgicos brasileiros encontram-se em "estado de greve" e podem decretá-la a qualquer momento como forma de pressão contra o decreto-lei 2.045 que arrocha ainda mais os salários. A decisão foi tomada por 750 delegados, representando 140 Sindicatos e 5 Federações de todo o país, que participam do 11º Congresso dos Metalúrgicos do Brasil.

De acordo com a resolução do Congresso, iniciado no dia 1º e que se encerra nesta sexta-feira, os metalúrgicos poderão entrar em greve nos dias próximos à votação do decreto-lei 2.045 no Congresso Nacional. A paralisação nacional visa pressionar os parlamentares a rejeitarem mais esta medida antipopular e arbitrária do governo militar. Todos os Sindicatos operários reunidos na Praia Grande, no litoral paulista, decidiram preparar em ritmo acelerado as suas categorias para a paralisação.

A greve geral, como forma de luta e a exemplo do que ocorreu entre os metalúrgicos de diversas cidades no dia 21, foi elogiada pelos congressistas. Foi votada uma moção de repúdio à CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), dirigida por Ari Campista, por ter se recusado a encaminhar a greve geral e ter, inclusive, publicado matéria em jornais condenando a realização do movimento paralisatório.

Outra importante decisão do Congresso é que os metalúrgicos brasileiros, através das suas entidades sindicais, devem participar do Conclat em agosto. E os congressistas se pronunciaram na defesa da fundação da CUT este ano. Causando certa surpresa foi proposta a criação de uma Confederação Nacional dos Metalúrgicos, sob o argumento de que unificaria o setor mais avançado da classe operária brasileira. A pro-



Para Renildo o "congresso teve saldo positivo"

posta foi aprovada, mas não o se detalhou como será formada, em que prazo, etc.

Para Renildo Souza, secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, "o Congresso teve saldo positivo. Representou avanço na organização dos trabalhadores metalúrgicos a nível nacional. Foram vitórias as propostas mais avançadas, corretas e justas, como a greve geral contra o 2.045 e a participação no Conclat". O dirigente baiano assinala debilidades no Departamento Metalúrgico da Fitim, organizadora do Congresso, "que ainda é pouco dinâmica e democrática". E acha que a proposta da Confederação Nacional dos Metalúrgicos "tem um conteúdo justo. Significa um avanço na luta da categoria se formada com princípios democráticos e combativos".

A FITIM condena a intervenção

Dirigentes sindicais de 11 países da América Latina, representando mais de 2,5 milhões de trabalhadores metalúrgicos do continente, encerraram, no dia 30 de julho, em São Paulo, no Nikkey Palace Hotel, a 12ª reunião do Conselho Latino Americano da FITIM (Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica. A reunião, entre outras decisões, deliberou enviar uma carta ao presidente Aureliano Chaves, protestando contra as recentes intervenções em sindicatos praticadas pelo governo.

Além do protesto enviado ao presidente Aureliano Chaves, os dirigentes sindicais decidiram protestar contra o regime do general Pinochet, que "oprima e reprime a classe trabalhadora chilena".

Nesta reunião de São Paulo estiveram presentes 34 dirigentes sindicais, representando a Argentina, Chile, Colômbia, México, Panamá, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Venezuela e Brasil. As entidades brasileiras presentes foram as Federações dos Metalúrgicos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, além dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, São Paulo, Santos e Curitiba. A reunião durou dois dias e foi marcada pela constatação de um quadro desolador na América Latina.



Participação ativa dos 719 delegados; só ficaram à margem no acordo de cúpulas para a Pró-CUT.

Ceclat em S. Paulo tem maior unidade

Com a presença de 112 entidades sindicais realizou-se nos dias 29, 30 e 31 o II Ceclat (Congresso das Classes Trabalhadoras) de São Paulo. Os 719 delegados presentes aprovaram um combativo plano de lutas e decidiram — por pequena margem de votos — fundar a CUT no Conclat. Na hora de eleger as novas direções da Pró-CUT vingou novamente o cupulismo e o exclusivismo de algumas correntes sindicais, elegendo-se direções que ainda pecam pela falta de representatividade.

A greve geral do dia 21 possibilitou uma pequena melhoria na composição do Ceclat paulista, com a participação de 39 Sindicatos ligados à classe operária, entre eles o dos Metalúrgicos de São Paulo que estava de fora da Pró-CUT. Outra entidade que estava ausente da intersindical, a Fesesp (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) também se fez representar através de cinco Sindicatos. Apesar disto ainda foi proporcionalmente maior a participação das Associações; das 112 entidades sindicais, 42 eram Associações pré-sindicais e de servidores públicos.

Também houve um avanço no sentido na unidade do movimento sindical paulista, deixando-se de lado a divisão mecânica entre pelegos e "autênticos", dissolvida na prática pela greve geral. A primeira vitória neste sentido foi a eleição da mesa dirigente do Congresso, onde venceu a chapa que contemplava o Sindicato dos Metalúrgicos paulistanos.

Os dirigentes sindicais que se posicionaram contra a paralisação do dia 21 foram vaiados. Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e líder da corrente contrária à greve geral, foi duramente criticado por sua atuação como bombeiro na Baixada Santista. Cínicamente brincou para não chorar quando foi vaiado: "Finalmente conseguiu a unanimidade do plenário". Outra que não escapou à cobrança dos delegados foi Clara Ant, vice-presidente da Federação dos Arquitetos: "que legal, que legal, fura-greve radical", provocaram os delegados.

A maior preocupação dos delegados foi em tirar do Congresso um plano de lutas concreto para conquistar as rei-

vindicações trabalhistas. Neste sentido a greve que parou a capital paulista foi saudada por todos como um exemplo de luta e decidiu-se que o Conclat deve marcar uma nova greve geral.

"Não dá para negociar com um governo que intervém nos Sindicatos"

Alguns destacados sindicais apresentaram como proposta a criação de uma "comissão nacional de negociação" e que se abrisse "um canal de negociação com o governo". No debate o termo negociação foi abolido. "Não dá para negociar com um governo que intervém nos Sindicatos e que nunca nos atendeu, quanto mais negocies", afirmou um diretor cassado do Sindicato dos Metroviários, Wagner. Ficou decidido formar uma comissão de reivindicação. E por sugestão do metalúrgico Aurelio Peres foi incluída na pauta de reivindicações algumas exigências políticas, como eleições diretas para presidente da República. "Não haverá liberdade sindical enquanto perdurar o regime do general Figueiredo", explicou o deputado operário.

Para o Conclat os delegados paulistas levaram a proposta do desencadeamento de campanhas nacionais de luta, controlando nos problemas que mais afligem os trabalhadores. Entre as campanhas aprovadas estão: contra o arrocho salarial e o desemprego; por liberdades políticas e pelo fim das intervenções nos Sindicatos; e pela reforma agrária.

Outra importante resolução foi a de que o movimento sindical deve lutar pela unificação com o movimento popular. Como forma de encami-

nhar esta resolução decidiu-se convocar para setembro ou outubro o I Encontro Paulista do Movimento Sindical e Popular.

Como já era esperado, na discussão sobre a criação ou não da CUT no Conclat em agosto houve divergências. Mesmo os que propunham a criação da CUT este ano o fizeram de forma tímida, alegando que faltam condições objetivas para criá-la. Propuseram a formação de uma direção provisória "que terá a incumbência de estruturar a CUT", conforme diz o documento assinado por Jair Meneguelli, entre outros.

Outros sindicalistas analisaram a questão de forma mais realista e ponderada. "Ninguém é contra a fundação da CUT; ao contrário, minha vontade é que a gente já tivesse criado na 1ª Conclat", afirmou Wagner, que explicou: "Mas o movimento sindical não vive de vontades. As atuais condições políticas e de unidade e representatividade do movimento sindical para fundar a CUT ainda são insuficientes."

Wagner e outros propuseram que a Pró-CUT fosse renovada, encaminhasse as campanhas nacionais, amadurecendo as condições de fundação da central sindical. "Trocar o nome de Pró-CUT para CUT não nos interessa", concluiu Wagner. Foram necessárias duas votações para averiguar a decisão do Ceclat. No final a vontade de fundar a CUT, elegendo-se uma direção provisória, ganhou. Para propiciar aprofundamento da discussão, não se votou qual estatuto terá a CUT.

Acordos de cúpula e exclusivismo na hora de eleger as direções

Nem mesmo acabara de se votar pela CUT-83, evidenciava-se a debilidade do movimento sindical. Na eleição dos representantes de São Paulo na Pró-CUT Nacional e da nova direção estadual da Pró-CUT, uma verdadeira briga no escuro, de cúpulas, taxada pelo próprio presidente da mesa de "mesquinha, deprimente". Num acordo os mesmos que haviam sido vaiados, taxados de fura-greve pelos delegados, Clara Ant e Arnaldo Gonçalves, eram reconduzidos à Pró-CUT Nacional.

Já para a Pró-CUT Estadual prevaleceu o espírito exclusivista da corrente sindical petista. Sindicatos e dirigentes poucos representativos foram incluídos e outros que se destacaram na greve do dia 21 ficaram de fora. "Os mesmos que falam em CUT pela base deixam de fora um dos representantes do Sindicato dos Metroviários. Marginalizam aqueles que ajudaram a parar São Paulo, fizeram uma das maiores assembleias da categoria e sofreram intervenção. Isso é o fim da picada", afirmou Maurício, outro diretor afastado da entidade. Na plenária o descontentamento e os gritos: "A CUT é união sem os dólares do patrio!", — referindo-se ao dinheiro dado pela social-democracia europeia à Anampos (ver box).

A fundação da CUT e a situação do sindicalismo

Uma das questões de grande importância que a Conclat-83 está chamada a decidir é a fundação ou não da Central Única dos Trabalhadores este ano. Sem dúvida, existe um anseio generalizado por parte de amplos setores do movimento sindical para que essa fundação se dê agora. Esse anseio se baseia no sentimento de que, na atual situação do país, amadurecem as condições para o movimento sindical e operário criarem sua Central Única, que seja capaz de unir e dirigir suas lutas.

Os recentes Ceclats da Bahia e São Paulo foram palco de acontecimentos políticos que chamam a atenção e mostram o grau de unidade política e representatividade existente no movimento sindical, condições básicas para a existência de uma CUT. Na Bahia, uma maioria artificialmente formada com dólares e capitaneada por uma obscura Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (Anampos), corrompendo consciências, manipulando delegados, promovendo falsos líderes, aprovou teses estreitas e isolacionistas para o movimento sindical. Em São Paulo um Ceclat de bom nível político organizativo, ao eleger para direção intersindical estadual e para a representação do Estado em nível nacional certos elementos que capitalizaram na recente greve geral do dia 21, a ela se opôs e contra ela trabalhando.

É ridículo ver certos setores do sindicalismo, que tanto se ufam de lutar e praticar um sindicalismo que "rompe as estruturas" e que marcha para uma "autonomia" frente ao Estado e aos patrões, tomarem por base de sua ação e de sua capacidade de intervenção no Conclat a arre-

RUMO AO CONCLAT!



molou as condições mínimas para a fundação da CUT. Ainda é necessário avançarmos bastante na luta por liberdades políticas. Consolidar na vida uma unidade e representatividade ganhos na luta comum. A greve geral de 21 próximo passado, teve o mérito de mostrar unidade da massa ao parar o centro industrial. A Central Única é fruto do avanço, não só do movimento sindical, mas do conjunto da causa democrática. À medida em que a luta por liberdades políticas conquista mais espaço, e com isso permite uma maior manifestação organizada dos vários setores sociais, o movimento sindical vai se manifestando, alcançando vitórias e possibilitando através de encontros e congressos um intercâmbio de experiências e a elaboração de plataformas comuns de luta que vão lançando as bases da sua unidade e representatividade.

A criação da CUT, dentro do quadro atual do movimento sindical, geraria uma central com sérias distorções, capazes de inviabilizá-la. Seria uma CUT fruto de articulações de cúpula, artificial, sem um amplo respaldo no movimento sindical, e por isso mesmo capaz de desencadear a ação divisionista de certos setores com tendências pluralistas.

O movimento sindical brasileiro muito espera de sua Central Única. Ela será um instrumento chave para coordenar e dirigir todas as lutas gerais dos sindicatos, e jogará papel decisivo na integração da luta sindical com as lutas gerais do povo por liberdade e progresso social. Para isso se torna necessário que a Central Única dos Trabalhadores surja na hora certa, forte e amplamente respaldada, sob pena de frustrar não só o movimento sindical, mas todo o movimento popular e progressista. (R. Freitas)

CUT é união, sem dólar

"A CUT é união, sem o dólar do patrio", foi uma das palavras de ordem gritadas no Ceclat de São Paulo. Refletia a condenação dos delegados ao financiamento que a Anampos buscou no exterior para fortalecer o movimento sindical e buscar controlar o próximo Conclat.

Lula, em entrevista ao jornal *Gazeta Mercantil*, afirmou que o dinheiro existe. Mas não esclareceu de onde vem. Jacó Bittar, também dirigente nacional da Anampos, e Luis Gushiken, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, também confirmaram mas igualmente se esquivaram de revelar a fonte.

Por que tanto segredo? Se estes dirigentes defendem que isto é uma "ajuda internacionalista", então é

mais do que justo que informemos as massas trabalhadoras sobre estes amigos tão generosos: são 710 mil dólares!

Outra pergunta que os operários se fazem é sobre o destino deste dinheiro. Se o interesse é colaborar com o fortalecimento do sindicalismo, o natural seria colocar esta "ajuda" nas mãos das entidades em geral e não favorecer a um grupo — a não ser que o interesse seja outro, como tudo indica. Ou seja, o de preparar o caminho para um golpe onde uma corrente política tutelada de fora, no caso pela social-democracia europeia, tente monopolizar a direção do sindicalismo brasileiro. É urgente esclarecer e denunciar cabalmente esta trama realizada às escondidas. De tutores e patrões os operários já estão fartos!



Ativista diz como Canoas parou

Canoas é uma cidade que enfrenta grandes dificuldades. É uma das maiores concentrações operárias do Rio Grande do Sul. O povo mora em vilas com péssimas condições. Ainda por cima, apesar do povo todo votar na oposição, o prefeito é bônico, porque Canoas é área de segurança nacional. Por isso está sendo construída aqui uma grande união entre o movimento operário e comunitário. E foi por causa dessa união que no dia 21 de julho Canoas parou.

O comício parou: 95% da indústria metalúrgica e 50% da indústria de alimentação também pararam. Um papel muito importante tiveram os Sindicatos dos Metalúrgicos e da Alimentação, a União das Associações de Moradores de Canoas e as entidades comunitárias.

Esta greve trouxe muitos ensinamentos. Mostrou que o povo já não aguenta mais a situação de miséria. Está disposto a lutar e a enfrentar até a repressão, principalmente depois deste último pacote, que segundo o Paim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, pode até congelar os nossos salários, é só as empresas proverem que não estão tendo lucro, o que é fácil para elas.

Um dos piquetes mais importantes aconteceu na Vila Mathias Velho, o maior bairro operário de todo o

Estado, com 80 mil pessoas. A situação aqui na Vila é tão grave que, outro dia, uma mulher foi assaltada de madrugada quando ia para o trabalho e só levaram a sua marmitta, não roubaram um tostão. Pois aqui na Mathias o piquete iniciou às 4 horas da manhã, com 15 pessoas. Mas depois os trabalhadores foram aderindo e chegou a ter quase 300 pessoas participando. Os piqueteiros conversavam com os motoristas de ônibus e a maioria abria as portas para os trabalhadores descer. Ou então pediam para furar os pneus.

Os piqueteiros mostraram muita disposição e organização. Não dispersaram nem quando chegou a repressão, nem mesmo quando prenderam dois. Um dos presos era menor e a Brigada bateu muito no rapaz. Isto revoltou muito os moradores. Tinha cinco brigadianos em cima dele e mesmo assim ele reagiu. Aqui em Canoas foram presas dez pessoas.

Mas a principal vitória foi ter impedido que qualquer ônibus circulasse das 6:30 às 7 horas, garantindo que os operários não fossem nas fábricas. Foram furados mais de 300 pneus.

As 10 da manhã houve assembleia de moradores de Canoas, no Sindicato dos

Metalúrgicos. AI foi reafirmada a decisão de ir a pé até Porto Alegre, junto com os trabalhadores de Sapucaia e Esteio. Todos os discursos falaram sobre a justiça da greve, a necessidade de acabar com o regime militar, a vitória da nossa união e a demonstração de que os trabalhadores, a classe operária, tem condições de se organizar e um dia vai dirigir os destinos do nosso país.

A passeata iniciou com mil pessoas mas chegou a ter 5 mil, que foram aderindo, a pé ou de bicicleta. Caminhou 25 quilômetros, levando faixas. Foi aplaudida onde passava. O povo gritava: "Queremos eleger o presidente do Brasil"; "O povo não tem medo, quem tem medo é o Figueiredo!".

Esta greve ensinou muito para a próxima, pois todo mundo em Canoas acha que está foi só a primeira. Nós, aqui em Canoas, sabemos que a greve era justa, e mais do que isto, que era possível. Esperamos que todos os brasileiros, principalmente os operários, saibam através da nossa luta, aqui em Canoas, que quem nos empurra para a greve de protesto é o governo, mas quem permite que ela seja realizada é a nossa união. (B.C., piqueteiro da Mathias Velho — Canoas, Rio Grande do Sul)

União de Mulheres chama à ação pelo novo Código Civil

A luta pela emancipação da mulher brasileira passa pela conquista de amplas e radicais mudanças de ordem econômica, política, social, cultural e também jurídica. O Código Civil vigente coloca a mulher num plano de inferioridade e subalteridade em relação ao marido. Garante por exemplo, no artigo 233, que o marido seja o chefe da sociedade conjugal. E ele que deve administrar os bens do matrimônio e pode até se opor à liberdade de trabalho remunerado da esposa. O artigo 178 prescreve que o homem pode pedir anulação do casamento caso a mulher não seja virgem. O Código reflete as idéias mais atrasadas e preconceituosas, que consideram a mulher um objeto na mão dos homens.

Por isso, nós da União das Mulheres de São Paulo apoiamos a proposta de novo Estatuto Civil da Mulher, elaborada em 1975 pelas juristas Sílvia Pimentel e Florisa Verucci e encaminhada há três anos

ao Congresso Nacional, pelas parlamentares Cristina Tavares e Lélia Alcântara. Lançamos uma campanha nacional pela reformulação imediata do Código.

Soubemos agora que a Comissão de Estudos aprovou a maioria dos itens do novo Estatuto, o que facilita a aprovação no Congresso. Portanto, meia batalha está ganha. Agradecemos aos homens e mulheres que apoiaram a campanha. E esperamos contar com todos os Estadistas para compor a Caravana Nacional de Mulheres que deverá estar presente no dia da votação, para exigir dos parlamentares um comportamento de civismo, aprovando o novo Estatuto Civil da Mulher.

Contamos também com o apoio da imprensa, principalmente a imprensa operária, para que amplie a opinião pública favorável à mudança. (Maria Amélia de Almeida Teles, presidente da União de Mulheres — São Paulo, SP).



fala o POVO

Temos desta vez três cartas com experiências da greve geral. Chamamos todos a ler a da "piqueiteira de Mathias Velho", que conta com orgulho como sua cidade "parou no dia 21". É um exemplo de carta que dá gosto publicar.

Dá gosto pelo tema. Pelo conteúdo, político, mas agarrado nos fatos, cheio de ensinamentos. E por ser uma carta de quem esteve no centro da peleja. Esperamos ter ainda muitas cartas como esta, sobre o dia 21.

Nesta firma mulher nem pode comer caramelos

Desde a sua inauguração, os supermercados Superlar têm imposto as mais sub-humanas condições trabalhistas em Itapetinga. Apicam ferros de discriminação sexual — impedem a admissão de funcionárias que tenham filhos, cancelando imediatamente suas fichas. E não param aí, pois a funcionária com indícios de gravidez é imediatamente posta para fora. O objetivo é aumento do lucro, eliminando a despesa com salário-família.

As funcionárias relatam fatos incriveis. Uma empregada foi demitida por ter chupado um caramelo, apesar de querer pagar. Foi coagada a assinar a demissão, sem direitos, sob ameaça de sujarem sua carteira profissional — acusando-a de roubo. Dia 25 último foram despedidos 11 funcionários, que o Superlar acusou de roubar para não pagar a indenização, usando a mesma tática de coação. Ficaram rios e mões de família desmarradas. (um triângulo — Itapetinga, Bahia)

Em Ceilândia uma biônica ameaça os caemlós com rapa

Ceilândia, com 400 mil habitantes, sofre há 12 anos nas mãos da administradora Maria de Lourdes Bastos — indicada pelo governador do Distrito Federal, já que não temos eleições em Brasília.

Uma arbitrariedade da administração foi contra os ambulantes da feira de Ceilândia, na maioria desempregados e aposentados. No dia 24 eles receberam um comunicado informando que "a partir desta data serão feitos rapas periódicos e que as mercadorias não serão devolvidas".

Esse ato gerou revolta. O senhor Francisco Alves de Lima, recém contratado por acidente de trabalho, um dos mais antigos vendedores de amêndoas da praça, declarou que "de fome em nosso país eu não morro enquanto as multinacionais continuam roubando". Maria Zélia, que vende salgadinhos e tem dois irmãos ambulantes, acha errado o rapa. "Se a pessoa não tem emprego e não vende na feira, resta somente roubar".

Os ambulantes já preparam uma reunião para discutir o problema e um plano de ação, na sede do PMDB local. Gostaríamos de dizer aos feirantes já registrados que esta luta não deve ser entendida como uma ameaça para eles. O que se cobra é fortalecer a unidade do povo sofrido e explorado. (Início de apoio da TO em Ceilândia — Distrito Federal)

Veneno químico na lavra matou 26 no Paraná em 1982

Nos dias 5, 6 e 7 de agosto, Curitiba recebeu as entidades ecológicas do Brasil para debater o uso de agrotóxicos.

Somente no Paraná, na última safra agrícola, 26 pessoas morreram e houve mais de 1.600 intoxicações por contato ou inalação de produtos químicos usados na agricultura. As vítimas são os trabalhadores do campo, que para não morrer de fome trabalham sem as menores condições de segurança. Mas os produtos químicos estão presentes também nos alimentos consumidos pela população. O modelo agrícola exportador impõe o uso indiscriminado da terra, a monocultura e a utilização nacional das entidades, a fim de preocupar a concentração de riquezas. O movimento em defesa da qualidade de vida e do meio ambiente tem crescido dentro do país, porém de forma desorganizada. O encontro de Curitiba objetiva a discussão dos problemas e a organização nacional das entidades, a fim de fortalecer uma luta unificada. (um membro do Movimento Sem Quedas Viveza — Curitiba, Paraná)



Situação preta para operários de Tucuruí

Gostaria que vocês publicassem esta denúncia largamente nas páginas da *Tribuna Operária*, da qual sou assinante: foi despedido um de nossos companheiros de trabalho aqui em Tucuruí, injustamente, sem motivo. E o pior — foi acusado de um erro que foi cometido pelo mestre da seção.

Puseram a culpa num operário que veio lá de Paulo Afonso, na Bahia, com a mudança, os dois filhos e a mulher. Ele se chama Raimundo, é eletricitista bobinador e agora continua aqui no Pará, sem nem saber se a companhia leva a sua mudança de volta. Quem mandou embora foi o encarregado geral, que é chamado de supervisor. É um francês, responsável pela bobinagem da máquina 1.

Trata os operários como se fosse uma turma de presidiários, com a maior humilhação, injustiça, ameaçando os operários, prometendo mandar embora.

A coisa aqui em Tucuruí está preta, principalmente neste setor de bobinagem. Os bobinadores estão ameaçados de ser mandados embora porque as nossas caras não agradam o senhor chefe. De outra vez o mestre, ao tirar uma cunha que calça a bobina, cortou a bobina. Então eles, para não mandarem o mestre para a rua, mandaram um operário bobinador. O rapaz continua aqui, se batendo para voltar, sem saber da postura vergonhosa e da falta de caráter desses indivíduos. (H.S.T. — Tucuruí, Pará)



Meninos expulsos do terminal

Nós, mães de família de Santa Inês, estamos revoltadas com o que acontece em nossa cidade. Por isso queremos que esta carta seja publicada e todos sintam o que os homens do PDS fazem com os pobres. Ultimamente foi inaugurado um terminal rodoviário novo, bem próximo ao nosso bairro. E o senhor Zé Carcerá, vice-prefeito, ficou com gerente. Mas ele proibiu a venda de qualquer coisa na área do terminal. As nossas crianças insistiram e foram espancadas pela polícia. Tiraram suas caixas de dindins, sacos de pipoca, bacias de bolo, laranjas,

a mando do senhor vice-prefeito, com o aval do prefeito.

É grande a lamentação das mães. Muitas fazem bolinhos para custear a alimentação da família e agora estão sem este meio de sobrevivência. Emprego não existe nem para os maridos, imagine para as crianças. Uma das crianças se queixou ao policial; ele respondeu "Vá roubar". Uma mulher pediu ao vice-prefeito um pontinho para vender, a resposta foi "Eu não sou culpado de ninguém ser pobre, se quiser vai se queixar a Deus". (Mães de Santa Inês — Maranhão).

Um ato do 21 de Julho que não saiu no jornal

Nenhum jornal noticiou, mas a verdade é que em Itapuranga, Goiás, a greve geral do dia 21 foi marcada por uma manifestação de 500 trabalhadores, na grande maioria trabalhadores rurais que vivem de cortar cana para abastecer a Usina Pite SA, a maior empregadora da região.

O vereador Evandro Lins, do Bloco Popular do PMDB, falando em nome

da Câmara Municipal, denunciou o governo que "está entregando de mãos beijadas a nossa soberania para os banqueiros internacionais e o FMI, que hoje estão governando de fato o nosso país". Também o vice-presidente do Sindicato dos Professores, José Geraldo Santana, condenou os pacotes econômicos do governo, como o decreto nº 2045. O representante da Pró-CUT

estadual, Sebastião Gontijo, denunciou a repressão à luta dos trabalhadores e as intervenções nos Sindicatos. Ao final, os trabalhadores presentes manifestaram o desejo de continuar a luta pelo fim do regime militar, por eleições diretas para presidente da República e pela convocação de uma Assembleia Constituinte livre e soberana. (do correspondente — Itapuranga, Go).

Vingança contra a greve na Mafersa

A dispensa do companheiro Duarte da Mafersa, por "justa causa", tem por objetivo golpear toda a união e organização dos trabalhadores na fábrica. O companheiro é o primeiro de uma enorme lista de dispensa. A justificativa da empresa — uma discussão na linha de montagem — faz parte de uma descarada trama que já vinha sendo montada pela chefia.

Desde a época da "Socopam", uma suposta participação nos lucros, nós nos organizamos, tiramos nessa comissão de representantes, contra a vontade da empresa. O companheiro Duarte era membro da comissão.

Nós sempre escutamos da diretoria que "o maior pa-

trimônio da Marfersa são os seus operários". Mas a vida tem mostrado o contrário.

Em 81, quando houve um enorme fecho, a maioria dos dispensados era da produção. Em 82, os mestres e engenheiros tiveram aumento de 15%, houve promoções nos setores burocráticos, mas os operários — "o maior patrimônio da Mafersa" — foram novamente esquecidos.

Este ano nos esqueceram novamente. Liberaram as tratativas nos setores burocráticos, às escondidas para os operários não ficarem sabendo. Inclusive a chefia alertou alguns promovidos, que era para eles não contarem para ninguém. Nós nos erguemos, realizamos várias assembleias, exi-

gindo explicações sobre o golpe. Tiveram então que ceder um pouco.

Na greve geral do dia 21 nós fomos vitoriosos. A Mafersa não funcionou. Depois a empresa tentou nos golpear com a dispensa do companheiro Duarte.

O desemprego aumenta. O custo de vida é insustentável. Parte dos trabalhadores já perdeu o PIS. Já nos tiraram os 10% da faixa de um a três salários mínimos. Já expurgaram o INPC. Nos tiraram 20% do INPC. Ameaçam com o fim do 13º e o fim do PIS para todos. Só nos resta uma saída — a luta pelos nossos direitos e pelo fim desse regime de fome. (um grupo de operários da Mafersa — São Paulo, SP)

Belgo pára contra demissão



O movimento das operárias paralisou uma parte da Radial.

Mulheres lutam na Radial

"No bolso do Sebastião não está faltando dinheiro, a mesa dele está farta, enquanto nós, que colocamos a fábrica de pé, estamos passando fome". Desta maneira um coro de cem jovens, na maioria mulheres, gritava na hora do almoço em frente à Radial Indústria e Comércio, fabricando de Jeans Flamer's. Os jovens haviam feito uma passeata, desde o comitê do vereador Rubens Campos do PMDB até o portão principal da empresa.

No dia 26 de julho, revoltados com o atraso de três meses no pagamento os trabalhadores, foram conversar com o dono da fábrica, Sebastião Drummond, que foi candidato a prefeito de Contagem pelo PDS e esmagadoramente derrotado. A resposta dele, segundo depoimento de uma operária, foi "puxar uma menina pelo braço e gritar que todas estavam dispensadas". Nesse dia foram demitidas 86 operárias.

A Radial possui cerca de 600 trabalhadores. Mais da metade é menor de idade e

ganha apenas meio salário mínimo. Aparecida, com 16 anos, que trabalhava como aprendiz de costureira, declarou para a TO que "tinha um ano e quatro meses de trabalho. Só fui trabalhar lá porque na minha casa todo mundo estava desempregado e faltava alimento".

É tão grave a situação das operárias que tiveram que fazer um pedágio na avenida João César de Oliveira, em Contagem, para alugar um ônibus e ir até o sindicato da categoria, em Belo Horizonte.

No dia 28 de julho, ao fazer um piquete na porta da firma, as demitidas foram ameaçadas. Um puxa-saco de nome Milton chegou a agredir uma operária. Mesmo assim o movimento ganhou adesão, chegando a paralisar uma parte da fábrica. Com baixos salários e apenas 5 minutos para ir ao banheiro, a vida das trabalhadoras é muito dura na Radial. O atraso nos salários foi a gota d'água, que desencadeou a mobilização.

No dia 28 de julho, a partir das 14 horas, grupos de operários foram sendo chamados ao escritório da chefia da Trefilaria Belgo Mineira em Contagem, MG, e sumariamente demitidos. Ao todo foram 13 trabalhadores. Em resposta, cumprindo uma decisão anteriormente tomada em assembleia, os operários entraram em greve.

"Os engenheiros debochavam e riam na nossa cara quando éramos botados na rua", desabafava revoltado um operário da galvanização e com seis anos de trabalho na Belgo. Os demitidos imediatamente seguiram para o Sindicato dos Metalúrgicos.

Junto com diretores do Sindicato foi formada uma comissão incumbida de parar o turno da zero hora. E conseguiu grande adesão, pois a maioria dos trabalhadores não entrou na empresa. Mas foram impedidos de se reunir na porta da empresa por um forte esquema repressivo, dirigido pelo Coronel Klingner, da PM.

Os fura-greves quando entram na fábrica já estavam demitidos

No dia seguinte, o pessoal do turno das 7 horas entrou na fábrica mas manteve as máquinas paradas. Os chefes pressionavam com promessas de mais demissões. Mas dos 36 operários da seção de galvanização só três continuaram trabalhando. Os que se recusaram a trabalhar foram empurrados para fora da empresa pelos chefes e vigilantes.

A multinacional montou um plano de emergência para esvaziar o movimento. Táxis buscavam os trabalhadores em casa e os ônibus entravam diretamente



A trefilaria da Belgo em Contagem parou em protesto contra o desemprego

para o pátio da empresa, com as cortinas fechadas para não mostrar o número e a cara dos fura-greves. Aconteceu o caso de dois fura-greves entrarem escondidos e lá dentro sabermos que tinham sido demitidos! No Sindicato um metalúrgico comentava: "Isto é que dá ser puxa-saco de patrão safado como os da Belgo. Temos é que ter união e ir até o fim. Se perdemos esta questão é para a rua que a gente vai".

Na sexta-feira, numa reunião na Delegacia Regional do Trabalho, os diretores da Belgo recusaram qualquer negociação pela volta dos demitidos e em torno da reivindicação de um ano de estabilidade. Aliás o único papel do delegado do trabalho foi ameaçar intervenção no Sindicato.

Informações vazadas da própria Belgo dão conta de um pla-

no de mais mil demissões até meados do ano que vem. No lugar dos demitidos ela vem colocando novos trabalhadores, através de empreiteiras de mão-de-obra como a Espro, mas recebendo salário-mínimo.

A forte repressão e a falha na organização esfriaram o movimento

A repressão e o temor do desemprego contribuíram para esfriar o movimento paralista. No sábado alguns setores da fábrica funcionaram. Foi realizada uma assembleia que organizou comissões para convencer os companheiros a não entrar na segunda-feira de madrugada. Mas várias viaturas da Rotam e dois ônibus

com tropa de choque da PM impediram qualquer atuação grevista. Faltou uma organização maior dentro da fábrica. Além disto os operários da Trefilaria de Contagem ficaram isolados, pois a fábrica da Belgo em Montevideo não parou.

A repressão agiu de forma truculenta. Na noite de quinta-feira para sexta, quando a empresa já estava parada, foram detidos Edgard Bandeira e Pedro Veríssimo, da sucursal mineira da Tribuna Operária. Condições ao DOPS tiveram a máquina fotográfica apreendida. Eles tinham fotografado ações arbitrárias da PM. Foi preso também o sindicalista José Vieira, que tentou intervir. A Kombi do Sindicato foi também revista, como forma de intimidação contra os dirigentes sindicais. (da sucursal)

Aumenta boicote ao BNH

Cerca de três mil mutuários do BNH de todo o Estado de São Paulo se reuniram no Paço Municipal de São Bernardo do Campo para protestar contra a política habitacional do governo. Os mutuários decidiram continuar o boicote ao pagamento das mensalidades por mais um mês e não aceitar a semestralidade nos aumentos das prestações.

A tentativa do governo de enganar os mutuários através do reajuste de 80% do INPC para quem aceitasse a semestralidade dos aumentos foi recebido com total repúdio. Para um dos membros da Coordenação Estadual dos Mutuários, estas mudanças significam que "a arapuca continua a mesma". Um mutuário de Piracicaba foi taxativo: "Nós não aceitamos o aumento semestral. Nós achamos pior do que o de 130%. Essa é a ideia do governo é para confundir a cabeça dos mutuários".

O boicote e as mobilizações dos mutuários em todo o país assistavam o governo, que tentou através do decreto 2.045 assaltá-los de outra forma, através da semestralidade. Para se ter uma ideia do nível do boicote, o deputado estadual pelo PT, Expedito Soares, afirmou durante a assembleia do dia 31, em São Bernardo, que só 10% dos mutuários estavam pagando as prestações. Antes do Aumento de 130%, cerca de 30% já estavam sem pagar e, a partir de julho, outros 60% não fizeram seus depósitos das mensalidades ao BNH.

Os três mil mutuários que estiveram no paço municipal de São Bernardo fizeram uma passeata até a igreja matriz e depois fizeram o enterro do Delfim e do BNH. Durante a passeata, o Conjunto Habitacional do Campo Lâmpo, Zona Sul de São Paulo, explicou que as prestações da sua casa saltaram de Cr\$ 50 mil



A manifestação em São Bernardo dia 31 e o enterro do BNH (ao lado)

até perder seu emprego. Enquanto carregava uma faixa durante a passeata, ele se mostrava confiante: "Se nos unirmos teremos condições de vencer". O exorbitante aumento das prestações do BNH pegou muitos mutuários desprevidos, mas que reagiram e aderiram ao boicote. Um destes exemplos é João de Souza da Silva, metalúrgico na fábrica Cofab, em São Caetano do Sul. Ele explica porque deixou de pagar: "Eu estava pagando Cr\$ 5 mil, antes do aumento, e fiz a conta e daqui a cinco anos estarei pagando Cr\$ 2 milhões por mês, caso os aumentos sejam de 130% ao ano. Como daqui a quatro ou cinco anos não poderei pagar mesmo, resolvi parar agora".

A palavra de ordem dos mutuários é "não pague, não mude e não entregue". E esta luta já chegou ao interior com bastante vigor. O Conjunto Residencial Parque, em Piracicaba, enviou uma delegação de 40 pessoas ao encontro de São Bernardo. Em Serrotaquinho, também no dia 31, foi realizada uma assembleia com 800 mutuários no Ginásio de Esportes. Esta mobilização em Serrotaquinho está sendo coordena-

nada pela Associação de Moradores dos Conjuntos Habitacionais e conta com o apoio da prefeitura, da Câmara dos Vereadores, do Sindicato dos Metalúrgicos e do deputado Valdir Trigo. Em Marília, Rio Claro, Americana e Santa Bárbara já começaram as mobilizações nos conjuntos habitacionais.

Teodoro Esmolari, mutuário do Residencial Parque, de Piracicaba explica que "nós estamos procurando partir para o boicote cedo. E nós estamos mobilizando o pessoal para que ninguém seja despejado". Já houve tentativa de colocar uma casa do conjunto do BNH em leilão, mas não apareceu ninguém para arrematar, devido ao ato público que os moradores fizeram.

A situação enfrentada por Teodoro Esmolari é exemplar. Ele trabalhava na construção civil e é mutuário há 20 meses. Recentemente fez um empréstimo

para colocar em dia as suas prestações da casa própria que estavam atrasadas oito meses. Mas um mês após foi demitido do emprego e daí a pouco veio o aumento de 130%, então aderiu de vez ao boicote. Irineu, da Coordenação Estadual dos Mutuários, diz que o movimento está se expandindo e tendo novas adesões. "Está ha-

Terra para os moradores

Desde o dia 27 de julho várias pessoas dos bairros Grajaú, Vila Remo e Cidade Dutra, na Zona Sul de São Paulo, passaram a morar numa barraca na praça em frente ao edifício onde funciona a Cohab, no centro da capital, exigindo a posse de um terreno onde possam construir suas casas. Devido à sua mobilização, uma semana depois a Prefeitura deu garantias que adquiriu um terreno de 162 mil metros quadrados, na estrada do Bororo, onde deverão ser assentadas cerca de 400 famílias.

Edson Silveira Laje, um dos acampados em frente à Cohab, explica a razão do seu movimento: "Em março nos foi prometido pela Cohab um terreno para a gente construir 800 casas. Eles dariam o material, mas queríamos que o povo mesmo fizesse, porque se fosse feito pela Cohab, os mais humildes nãoariam condições de comprar. Só saíramos daqui depois que tiver-

mos a certeza da posse do terreno". Os próprios moradores elaboraram um plano que prevê a construção de casas com um valor de Cr\$ 1,3 milhão, aproveitando a mão de obra dos próprios interessados, em sua maioria desempregados.

UMA CASA PRA MORAR. São Paulo conta com 40% de sua superfície com terrenos vazios. Ao mesmo tempo vem aumentando assustadoramente o número daqueles que não têm um lugar para morar. Diante disso o povo luta de todas as maneiras para conseguir um terreno onde possa fazer suas casas. Marinalva Soares da Silva é uma das pessoas acampadas no centro de São Paulo. Ela está com seu bebê de dois meses e explica que trabalha na fábrica Gradiente e está para ser despejada do posto onde mora, pois o aluguel está atrasado seis meses. Ela afirma: "E só nos darem um terreno e nós continuamos a casa".



A barraca no centro de São Paulo e a exigência por terra

rendo um saldo organizativo muito grande, uma vez que estão sendo formadas comissões por conjuntos e por cidades em diversas regiões". Um exemplo dessa mobilização foi uma passeata com mais de sete mil pessoas com as panelas vazias, no Conjunto Itaquera, 2, gritando que não pagariam o aumento de 130%.